

Aproveitar o Potencial da Juventude para Colher o Dividendo Demográfico em Angola

Resumo de Política

MENSAGENS PRINCIPAIS:

O elevado rácio de crianças dependentes, resultado de uma taxa de natalidade alta, é um grande desafio em Angola para o progresso socioeconómico e o alcance da visão de desenvolvimento de longo prazo do país.

Com uma média de 6,2 filhos por mulher, as altas taxas de natalidade precisam baixar consideravelmente para desacelerar o rápido crescimento da população e mudar a sua estrutura etária de uma dominada por crianças dependentes para outra com mais adultos em idade activa.

Se Angola seguir um cenário de políticas combinadas que priorize simultaneamente o investimento na economia, na educação e na saúde, incluindo o planeamento familiar, o país passará a ter alta renda, com PIB *per capita* de US\$24.609 até 2054. O dividendo demográfico corresponderia a um quarto (US\$6.121) do PIB *per capita*.

Contexto

Angola é um país de renda média-baixa, com PIB *per capita* estimado em US\$3.879.¹ Uma taxa de crescimento económico impressionante, com média de mais de 10% anual entre 2006 e 2010, reduziu mais da metade (4,7%) entre 2011 e 2015² como resultado do declínio súbito e prolongado nos preços internacionais do petróleo, que representam mais de 95% dos rendimentos de exportação de Angola. O rápido crescimento da população tem impedido o crescimento económico. Angola possui uma das mais altas taxas de fecundidade na África subsaariana, com uma média de 6,2 filhos por mulher.³ Isso resultou num alto rácio de crianças dependentes, que compromete a perspectiva do país de atingir seu objectivo da Visão 2025 - reduzir a pobreza promovendo crescimento económico, estabilidade macroeconómica e empregos.⁴

Se a taxa de natalidade em Angola diminuir rapidamente, a estrutura etária sairá da actual, dominada por crianças dependentes, para uma dominada por adultos em idade activa. Essa transformação na estrutura etária abrirá uma janela de oportunidade para o crescimento económico acelerado chamado de *Dividendo Demográfico (DD)*⁵.

Objectivos e metodologia

Este resumo é uma síntese de um estudo conduzido para avaliar as perspectivas em Angola para aproveitamento do DD sob vários cenários de políticas (Tabela 1) e identificar as acções de políticas em que o país pode investir para usufruir do DD. O estudo reviu as políticas demográficas e económicas e os programas do país, modelou o DD usando a ferramenta de modelagem DemDiv e identificou opções fundamentais de políticas para aproveitar o DD por meio de discussões interactivas com vários interessados.

Cenário	Características principais
Business as usual	Caracterizado por um progresso modesto nos indicadores de desenvolvimento económico e social, e o lento progresso na redução da fecundidade continua até 2054.
Ênfase económica	Angola maximiza a sua competitividade económica saindo de uma economia guiada por factores para uma guiada pela eficiência. Este é o melhor cenário económico para o país, mas há pouca ênfase nos investimentos sociais.
Ênfase em economia + educação	Maximiza o investimento nos sectores de economia e educação, mas com pouco investimento no planeamento familiar para reduzir a fecundidade.
Combinado (planeamento económico + familiar + educação)	Maximiza simultaneamente o investimento nos sectores económicos e sociais para reduzir a fecundidade, construir um capital humano de alta qualidade e criar muitos empregos.

Tabela 1: Cenários de políticas para modelagem do dividendo demográfico em Angola

Referências:

¹Instituto Nacional de Estatística [INE] (2018) Dados do PIB *per capita* fornecidos pelo INE

²African Development Bank, 2018. African Economic Outlook

³Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Saúde (MINSA), Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT) & ICF. (2017). 2015-2016 Multiple Indicator and Health Survey: Key Findings

⁴African Development Bank, 2017. Angola Country Strategy Paper 2017-2021

⁵Bloom, D., David Canning & Sevilla, J. (2003). The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change, by RAND MR-1247-WFHF/DLPF/RF, 2002, 100pp., ISBN: 0-8330-2926-6. Santa Monica, CA, USA.

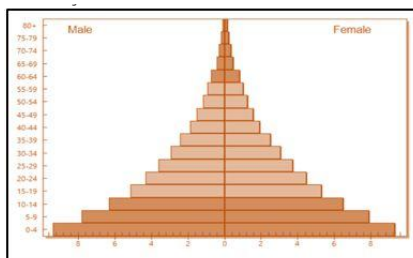
Principais resultados

Tamanho e estrutura da população

No cenário combinado, até 2054, a taxa de fecundidade em Angola diminuirá para 2,3 filhos por mulher, as crianças com menos de 15 anos constituirão 30% da população, e o rácio de dependência diminuirá para 54 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa.

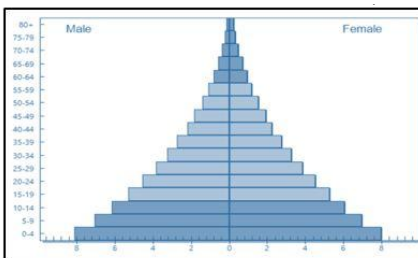
A população projectada nesse cenário será de 76,6 milhões em 2054, ou seja, 24,6 milhões de pessoas a menos do que no cenário Business-as-Usual. As crianças com menos de 15 anos constituirão 30% da população, e o rácio de dependência diminuirá para 54 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa no cenário combinado. A estrutura etária da população nos cenários Business-as-Usual e de Ênfase Económica são semelhantes à estrutura etária actual (Figura 1).

Avaliação inicial, 2014



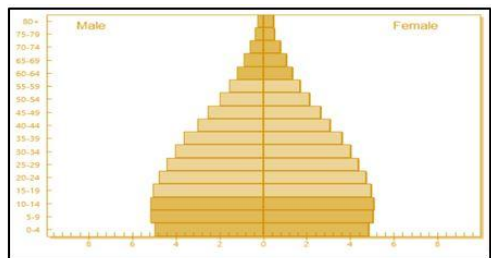
TRF=6,2; Rácio de dependência=97,9

Business as usual e ênfase económica



TFR=4,88; Rácio de dependência=83,2

Cenário combinado 2054



TFR=2,3; Rácio de dependência=54,4

Figura 1: Projecção da estrutura etária da população em Angola em vários cenários até 2054

Crescimento no PIB per capita

O PIB *per capita* em Angola sairá dos US\$4.314, estimados em 2014, para US\$24.609 no cenário de Ênfase Combinada até 2054. Isso gerará um DD de PIB *per capita* de US\$6.121, além da renda no cenário de Ênfase Económica.

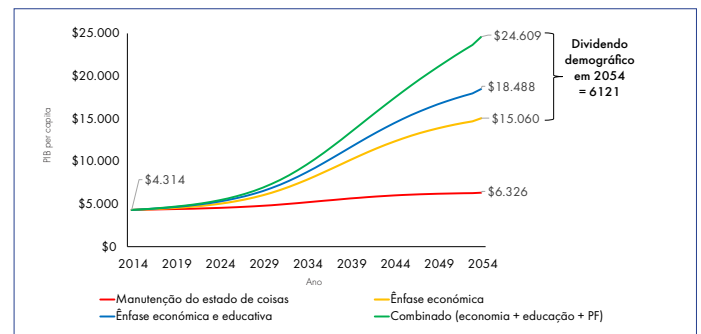


Figura 2: Projecção de crescimento do PIB por capita em diferentes cenários.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH é uma medida composta de qualidade de vida que combina medições de expectativa de vida, anos de escolaridade e renda nacional *per capita* bruta. Nos vários cenários, a pontuação aumentará de 0,403, na Avaliação Inicial, para 0,62, 0,67, 0,74 e 0,82 nos cenários Business as Usual, Ênfase Económica, Ênfase em Economia + Educação e Combinada, respectivamente. Com base nas classificações globais de 2011, a pontuação de IDH de 0,82, no cenário Combinado, melhorará significativamente a classificação do país, indo de 146º para 31º, posição ocupada hoje em dia principalmente por países desenvolvidos.

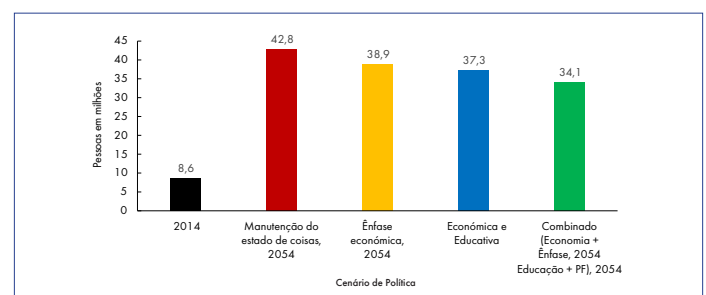


Figura 3: Diferencial projectado entre emprego e população com 15 anos ou mais

Desafio da criação de empregos

Os resultados do modelo mostram que, independente do cenário, o país enfrentará um desafio considerável para criar empregos em 2054, mas o rácio de dependência será bem abaixo no cenário Combinado. Em 2014, a lacuna de empregos, definida como a diferença entre os empregos disponíveis e a população com mais de 15 anos, foi de 8,6 milhões. Até 2054, essa lacuna aumentará para 42,8 milhões no cenário Business-as-Usual, comparado com 34,1 milhões no cenário Combinado (Figura 3). Esses números evidenciam que Angola enfrenta um desafio sem precedentes na criação de empregos suficientes para a sua força laboral, que cresce rapidamente. O país precisa de criar empregos dignos suficientes em vários sectores da economia, incluindo petróleo e gás, agricultura e construção para enfrentar o desafio do desemprego.

Implicações e opções de políticas

O dividendo demográfico pode ajudar a liberar o poder da juventude angolana para a transformação socioeconómica se ela for empoderada para impulsionar a produtividade económica. O DD, entretanto, não é automático ou garantido. Angola precisa investir de modo significativo em intervenções que acelerem a diminuição da fecundidade para abrir a janela de oportunidade para o DD, enquanto também prioriza investimentos no desenvolvimento de capital humano e em reformas económicas para a criação de empregos em massa. Se não agir agora, haverá uma massa de jovens sem formação académica, sem capacitação, sem empregos e desiludidos, o que pode fomentar a instabilidade social e a criminalidade. As seguintes opções de políticas ajudarão Angola a conquistar e maximizar o seu DD:

1

ACCELERAR A REDUÇÃO DA FECUNDIDADE

Garantir uma linha orçamental exclusiva para o Planeamento Familiar (PF) no Orçamento Geral do Estado e apoiar esforços para reformular o programa de PF a fim de aumentar a aquisição e a distribuição de insumos para o PF em todas as unidades de saúde.

Desenvolver um pacote de materiais de treinamento sobre saúde sexual e reproductiva, incluindo PF, e integrar o PF no currículo de treinamento de profissionais da saúde.

Fornecer um pacote essencial de material de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre PF em todas as unidades de saúde e desenvolver uma estratégia de comunicação para promover o PF.

Mapear e envolver potenciais financiadores para o PF e desenvolver uma estratégia para defender o financiamento sustentável para o PF.

Escalonar campanhas massivas de educação sobre os benefícios de se manter as meninas na escola para reduzir a incidência de gravidez na adolescência e de casamentos precoces.

Fortalecer a colaboração multi-sectorial na implementação de programas de PF envolvendo todos os sectores governamentais relevantes, o sector privado e as comunidades.

2

CRIAR UMA FORÇA DE TRABALHO QUALIFICADA, COMPETENTE E GLOBALMENTE COMPETITIVA

Facilitar e impor o ensino gratuito obrigatório até ao 9º ano.

Expandir a capacidade de absorver a crescente população em idade escolar ao capacitar, empregar e manter equipas profissionais qualificadas e ao melhorar a capacidade das infra-estruturas.

Promover e implementar caminhos alternativos de educação, incluindo a TVET, para jovens que estão dentro e fora da escola, ao melhorar o acesso e a qualidade de instituições de ensino terciário.

Reformar os currículos escolares para adequar às necessidades do presente e do futuro, e garantir um mecanismo eficaz e contínuo para revisão de currículo escolar para que se possam fazer alterações de curto e longo prazo.

Implementar medidas para melhorar a retenção e a eficiência no sistema escolar e, assim, reduzir os índices de repetição e abandono da escola.

Ampliar as medidas de monitoramento de administração e desempenho, incluindo o fortalecimento da inspecção das escolas.

Promover esforços para reduzir a diferença regional nos resultados da educação e de treinamentos e defender a igualdade de género em todos os níveis da educação.

3

CRIAR UMA FORÇA DE TRABALHO SAUDÁVEL

Reforçar as tentativas de erradicar doenças transmissíveis, incluindo VIH/SIDA, malária, doenças diarreicas e ameaças emergentes, como a febre-amarela.

Ampliar a educação em saúde para prevenir doenças não transmissíveis (DNTs) e fortalecer a capacidade do sistema de saúde de lidar com tais doenças, conforme articulado nas políticas de DNT.

Conduzir o recrutamento e treinamento regular de trabalhadores de saúde da comunidade para substituir aqueles que saem do programa.

Resolver a escassez de trabalhadores da saúde, principalmente nos cuidados especializados e no fortalecimento dos quadros comunitários de trabalhadores da saúde.

Desenvolver uma estratégia sólida de financiamento da saúde para garantir o financiamento sustentável do sector da saúde e levar Angola a atingir um sistema Universal de Saúde acessível

4

ACCELERAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO E CRIAR EMPREGOS DE QUALIDADE

Promover a manufactura e investir no desenvolvimento do sector agrário visando diversificar a economia para além do petróleo e do gás.

Melhorar o ambiente empresarial e a concorrência, incluindo a redução dos custos de se abrir um negócio, e melhorar a infraestrutura física e os serviços financeiros para facilitar os negócios em todos os cantos do país.

Apoiar investimentos privados eliminando os obstáculos burocráticos que impedem o crescimento do sector, e incentivar e promover o empreendedorismo, incluindo micro, pequenas e médias empresas.

Promover programas de aptidão laboral, incluindo estágios, mentorias e programas de treinamento dentro do trabalho, e oferecer oportunidades para um maior envolvimento dos jovens no empreendedorismo e na criação de empregos.

5

FORTALECER A GOVERNAÇÃO, A EFICIÊNCIA E A RESPONSABILIZAÇÃO

Reforçar os mecanismos de responsabilização no sector público e privado para garantir a implementação eficaz de políticas e programas governamentais.

Consolidar a apropriação do plano de desenvolvimento e da responsabilidade compartilhada do país para atingir as aspirações de desenvolvimento em todas as camadas do governo e do sector privado, em outras entidades não governamentais e na cidadania.

Reforçar as medidas para ampliar a responsabilização no uso de recursos públicos e na prestação de serviços na construção da nação.

AGRADECIMENTOS

Este Resumo de Política é resultado do relatório do estudo de Dividendo Demográfico de Angola, encomendado pelo Governo de Angola através do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), apoiado pelo Escritório Nacional de País do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pelo Escritório Regional da África Austral e Oriental do UNFPA (ESARO). O Instituto Africano para Política de Desenvolvimento (AFIDEP) prestou assistência técnica na elaboração do estudo.



